



VII Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de
Procurador do Estado

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Por força de previsão expressa na Lei Federal nº 8.239, de 1991, será atribuído serviço alternativo ao serviço militar obrigatório aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar. O mesmo diploma legal define, ademais, o que se entende por serviço alternativo, a ser prestado em substituição às atividades de caráter essencialmente militar.

As previsões legais em questão são

- (A) compatíveis com a Constituição da República, que admite, nessas condições, a possibilidade de exercício de objeção de consciência em relação a atividades de caráter essencialmente militar.
- (B) compatíveis com a Constituição da República apenas no que se refere à possibilidade de exercício de objeção de consciência por motivo de convicção filosófica ou política.
- (C) incompatíveis com a Constituição da República, que não prevê a possibilidade de atribuição de serviço alternativo na hipótese em tela, estabelecendo a suspensão de direitos políticos como consequência à recusa ao cumprimento de serviço militar.
- (D) incompatíveis com a Constituição da República, que admite o exercício de objeção de consciência para recusa a obrigação imposta por lei a todos, mas não a admite em relação ao serviço militar obrigatório, por ser este previsto em sede constitucional.
- (E) incompatíveis com a Constituição da República, que não admite a possibilidade de recusa ao cumprimento de obrigação legal a todos imposta.

2. Proposta de alteração da Lei Orgânica de um Município com 35.000 habitantes prevê que a Câmara Municipal será composta por 11 Vereadores, cujos subsídios, a serem fixados em cada legislatura para a subsequente, deverão corresponder a, no máximo, trinta por cento dos subsídios dos Deputados estaduais, observado, ainda, que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

Referida proposta

- (A) é incompatível com a Constituição da República, que subtrai do Município a faculdade de disciplinar a matéria.
- (B) é incompatível com a Constituição da República, no que diz respeito à fixação do número de Vereadores da Câmara Municipal.
- (C) ofende a disciplina constitucional da matéria, no que diz respeito à fixação do subsídio dos Vereadores adotando como parâmetro o dos Deputados estaduais.
- (D) ofende a disciplina constitucional da matéria, no que diz respeito ao limite de despesas municipais com a remuneração de Vereadores.
- (E) é compatível com a disciplina constitucional da matéria.

3. Proposta de emenda à Constituição da República tornando o voto facultativo para todos os maiores de dezesseis anos é subscrita por dois por cento do eleitorado nacional, distribuído por seis Estados da federação, com três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, sendo aprovada em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto de três quintos dos membros respectivos, em cada votação. Essa proposta de emenda constitucional

- (A) deverá, na sequência, ser submetida à sanção presidencial e promulgação, a fim de que possa produzir seus regulares efeitos.
- (B) é incompatível com a Constituição da República, que não admite proposta de emenda constitucional de iniciativa popular.
- (C) não poderia sequer ter sido objeto de deliberação pelas Casas do Congresso, por ofensa aos limites materiais ao poder de reforma da Constituição.
- (D) não respeitou os requisitos constitucionais para propositura legislativa de iniciativa popular, vício que, contudo, foi convalidado pela votação regular nas Casas do Congresso.
- (E) é compatível com a Constituição da República, devendo, na sequência, ser promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

4. Em capítulo dedicado à comunicação social, a Constituição da República veda

- (A) a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- (B) que haja o cancelamento da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, antes de vencido o prazo.
- (C) alterações de controle societário nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, sem o prévio consentimento do Congresso Nacional.
- (D) que se atribuam a gestão das atividades e o estabelecimento do conteúdo da programação de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens a quem não seja brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.
- (E) a publicação de veículo impresso de comunicação sem a prévia licença de autoridade competente, nos termos da lei.

5. Ao disciplinar os papéis de Estado e sociedade na garantia do direito à educação, a Constituição da República estabelece que

- (A) a educação é direito de todos, dever exclusivo do Estado e será promovida e incentivada com a colaboração da família do educando.
- (B) a coexistência de instituições públicas e privadas é princípio do ensino, cuja gratuidade é assegurada em estabelecimentos oficiais e particulares, observadas neste caso as condições estabelecidas em lei.
- (C) o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional e autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
- (D) os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, cabendo à lei definir as hipóteses em que poderão ser dirigidos à iniciativa privada.
- (E) os recursos públicos poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino médio e superior, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando.



6. Como garantia da liberdade de associação profissional ou sindical, a Constituição da República prevê que
- (A) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (B) os trabalhadores ou empregadores interessados definirão a base territorial para a criação de organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, não podendo a base, contudo, ser inferior à área de um Estado.
- (C) ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato, salvo disposição contrária prevista nos atos constitutivos respectivos.
- (D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir de sua eleição para cargo de direção ou representação sindical, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (E) o aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais, embora não o tenha a ser votado.
-
7. Ao julgar ações diretas de inconstitucionalidade tendo por objeto dispositivos de lei definidora de critérios para o rateio dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade, sem pronúncia de nulidade, dos dispositivos atacados, assegurada sua aplicação até 31 de dezembro de 2012 (ADI 875, ADI 1.987 e ADI 2.727, Rel. Min. Gilmar Mendes, Plenário, publ. DJE de 30-4-2010).
- No caso em tela,
- (A) a decisão é nula, uma vez que o vício de inconstitucionalidade pressupõe a nulidade do ato, devendo a declaração de inconstitucionalidade produzir efeitos retroativos e eficácia contra todos.
- (B) a decisão é nula, uma vez que somente se admite a possibilidade de restrição do alcance subjetivo da declaração de inconstitucionalidade em sede de controle concentrado.
- (C) a decisão somente produzirá efeitos se vier a ser editada Resolução do Senado Federal suspendendo a eficácia dos dispositivos legais declarados inconstitucionais pelo STF.
- (D) as ações foram julgadas parcialmente procedentes, uma vez que não foi pronunciada a nulidade dos dispositivos legais tidos por inconstitucionais.
- (E) o STF procedeu à modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade, consoante faculdade prevista expressamente em lei.
-
8. Os textos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em março de 2007, tramitaram perante as Casas do Congresso Nacional nos anos de 2007 e 2008, com vistas à sua aprovação, por meio de Decreto Legislativo. O então projeto de Decreto Legislativo foi aprovado, inicialmente, na Câmara dos Deputados, pelo voto de 418 e 353 de seus membros, em primeiro e segundo turnos, respectivamente; na sequência, encaminhado ao Senado Federal, foi aprovado pelo voto de 59 e 56 de seus membros, em primeiro e segundo turnos, respectivamente. Promulgado e publicado o Decreto Legislativo nº 186, de 2008, o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação dos atos junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em agosto de 2008, ocorrendo, ao final, a edição do Decreto nº 6.949, de 2009, pelo Presidente da República, promulgando a referida Convenção e seu Protocolo Facultativo.
- Diante disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo
- (A) estão aptos a produzir efeitos no ordenamento jurídico brasileiro, ao qual se integraram como norma equivalente às leis ordinárias.
- (B) estão aptos a produzir efeitos no ordenamento jurídico brasileiro, em que serão considerados equivalentes às emendas à Constituição.
- (C) estão aptos a produzir efeitos no plano jurídico externo, mas não no ordenamento interno brasileiro.
- (D) estariam aptos a produzir efeitos no ordenamento jurídico brasileiro se houvessem sido aprovados como proposta de emenda à Constituição de iniciativa do Presidente da República, promulgada pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional.
- (E) não estão aptos a produzir efeitos no plano jurídico externo, tampouco no ordenamento interno brasileiro, uma vez que não foram observados os procedimentos necessários à sua ratificação e promulgação.
-
9. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual a Constituição da República atribui competência originária para
- (A) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- (B) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- (C) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (D) sustar a execução de contrato, se verificada ilegalidade, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados à União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.



10. Relativamente à organização política do Estado de Mato Grosso, dispõem os artigos 17 e 176 da Constituição estadual:

Art. 17. É mantida a integridade territorial do Estado, que somente será alterada mediante aprovação de sua população e por lei complementar federal.

Art. 176. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-á por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) as disposições contidas nos artigos 17 e 176 são compatíveis com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República.
- (B) as disposições contidas nos artigos 17 e 176 são incompatíveis com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República.
- (C) o disposto no artigo 17 é incompatível com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República, no que se refere à exigência de aprovação por lei complementar federal.
- (D) o disposto no artigo 176 é incompatível com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República, que estabelece, ainda, exigência de divulgação de estudos de Viabilidade Municipal, previamente à realização da consulta à população.
- (E) a matéria relativa à organização política do ente da Federação se insere na sua capacidade de auto-organização, não competindo à Constituição da República disciplinar a matéria.

11. O filho de mãe brasileira naturalizada e pai estrangeiro, nascido no país de origem do pai por ocasião de viagem de turismo de seus genitores, será considerado, nos termos da Constituição da República,

- (A) estrangeiro.
- (B) brasileiro naturalizado, após residir na República Federativa do Brasil por mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeira a nacionalidade brasileira.
- (C) brasileiro naturalizado, desde que resida por um ano ininterrupto no Brasil e possua idoneidade moral.
- (D) brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (E) brasileiro nato, independentemente do preenchimento de qualquer condição.

12. Em janeiro de 1999, o Governador do Distrito Federal editou o Decreto nº 20.098, por meio do qual se vedava a realização de manifestações públicas com a utilização de carros de som e assemelhados na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, na Praça do Buriti e adjacências. O Decreto distrital foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade, ao final julgada procedente, extraindo-se do voto do Relator, Ministro Ricardo Lewandowski, o seguinte excerto: "A restrição ao direito de reunião estabelecida pelo Decreto distrital 20.098/99, a toda a evidência, mostra-se inadequada, desnecessária e desproporcional quando confrontada com a vontade da Constituição (Wille Zur Verfassung), que é, no presente caso, permitir que todos os cidadãos possam reunir-se pacificamente, para fins lícitos, expressando as suas opiniões livremente." (ADI 1969 – DF, publ. DJE 31.08.2007).

Considere as seguintes afirmações a esse respeito:

- I. O STF adentrou a análise do mérito da constitucionalidade do Decreto distrital, fazendo prevalecer a norma constitucional segundo a qual todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- II. Em seu voto, o Ministro Relator efetua a análise à luz do princípio da proporcionalidade, utilizado em sede de jurisdição constitucional para aferir a procedência de medidas restritivas de direitos fundamentais, assim como em situações de ocorrência de colisão de direitos fundamentais.
- III. A referência à vontade da Constituição evidencia que a aplicação da norma constitucional não se restringiu à sua literalidade, tendo se procedido a uma interpretação teleológica, relacionando-se o direito de reunião à liberdade de expressão do pensamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13. Nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado de Mato Grosso, a intervenção do Estado no Município, com vistas a prover a execução de lei, ordem ou decisão judicial,

- (A) será precedida de representação do interessado ao Governador, que, aquiescendo, decretará a intervenção e submeterá o decreto, com a respectiva justificação, dentro de vinte e quatro horas, à apreciação da Assembleia Legislativa.
- (B) será precedida de provimento de representação pelo Tribunal de Justiça e Decreto do Governador, que comunicará ao Presidente do Tribunal e à Câmara Municipal os efeitos da medida, independentemente de autorização da Assembleia Legislativa.
- (C) dependerá do provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República.
- (D) dependerá do provimento, pelo Tribunal de Justiça, de representação do Governador do Estado.
- (E) ficará restrita, em qualquer hipótese, à suspensão da execução do ato impugnado.



<p>14. Seria considerada incompatível com a Constituição da República, em matéria tributária, a</p> <p>(A) cobrança de pedágio pela utilização de vias intermunicipais conservadas pelo Poder Público estadual.</p> <p>(B) fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores em um exercício para cobrança no seguinte, antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei respectiva.</p> <p>(C) cobrança de imposto municipal sobre serviços prestados por autarquia estadual que tenha por finalidade a prestação desses serviços.</p> <p>(D) concessão de incentivos fiscais pela União a determinados Estados da federação, ainda que com o fim de promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.</p> <p>(E) instituição de impostos sobre o patrimônio ou a renda das instituições de ensino, ainda que com fins lucrativos.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>17. O Estado pretende ampliar sua malha rodoviária, atribuindo à iniciativa privada os investimentos correspondentes, bem como a manutenção e exploração das rodovias. Para tanto, poderá</p> <p>(A) firmar contrato de concessão comum, permitindo ao concessionário a cobrança de tarifa do usuário e complementando a receita do mesmo, mediante contraprestação pública, naquilo que não for suficiente para amortizar seus investimentos.</p> <p>(B) celebrar contrato de concessão administrativa, complementando a receita tarifária auferida pelo concessionário com contraprestação pública, até o limite de 50% do total da remuneração global.</p> <p>(C) celebrar concessão comum ou concessão patrocinada, complementando, no caso desta última, a receita tarifária do concessionário com contraprestação pública, até o limite de 50% da receita global.</p> <p>(D) celebrar concessão patrocinada, na hipótese de a receita tarifária e acessória não serem suficientes, necessitando de lei autorizativa específica, caso a contraprestação pública exceda 70% do total da remuneração do parceiro privado.</p> <p>(E) celebrar concessão comum ou concessão administrativa, esta última no caso de necessidade de complementação, pelo poder público, da receita tarifária, observado o limite legal de 70%.</p>
<p>15. Em matéria de finanças públicas, a Constituição da República veda</p> <p>(A) ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.</p> <p>(B) a inclusão na lei orçamentária anual de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, compreendida na proibição a autorização para contratação de operações de crédito.</p> <p>(C) a instituição de fundos de qualquer natureza.</p> <p>(D) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.</p> <p>(E) a abertura de crédito suplementar ou especial sem indicação dos recursos correspondentes, salvo na hipótese de haver prévia autorização legislativa.</p>	<p>18. A parceria público-privada é a modalidade de contrato administrativo, que</p> <p>(A) tem por objeto, exclusivamente, a execução de obra pública ou a prestação de serviço público.</p> <p>(B) aplica-se apenas a contratos de valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) com período de prestação do serviço igual ou superior a 5 (cinco) anos.</p> <p>(C) prescinde de prévio procedimento licitatório, quando a Administração Pública figurar como usuária direta.</p> <p>(D) aplica-se apenas a contratos que não envolvam serviços públicos, mas sim atividades econômicas de interesse público.</p> <p>(E) aplica-se apenas a serviços públicos não passíveis de cobrança de tarifa e que necessitam de contraprestação pública.</p>
<p>16. Considere as seguintes afirmações a respeito do exercício de jurisdição constitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso:</p> <p>I. A Constituição do Estado prevê que somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderá o Tribunal de Justiça declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, o que é compatível com a cláusula de reserva de plenário contida na Constituição da República.</p> <p>II. Quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo estadual, citará, previamente, a Procuradoria Geral do Estado para defender o ato ou o texto impugnado ou o Procurador Municipal, para o mesmo fim, quando se tratar de norma legal ou ato normativo municipal.</p> <p>III. A disciplina sobre o controle de omissões inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça em face da Constituição estadual por meio de ação direta reproduz para esta esfera o quanto previsto na Constituição da República a respeito do controle das omissões em âmbito federal.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>19. De acordo com a Constituição Federal, a atuação do Estado no domínio econômico</p> <p>(A) restringe-se à atividade regulatória, vedada, em qualquer hipótese, a exploração direta de atividade econômica em regime de competição com o privado.</p> <p>(B) engloba a atividade regulatória, fiscalizadora e de fomento, vedada a exploração direta de atividade comercial ou industrial.</p> <p>(C) é exercida em caráter excepcional, restringindo-se às atividades que envolvam a segurança nacional.</p> <p>(D) restringe-se à função normativa, reguladora e fiscalizadora e, apenas nos casos de relevante interesse coletivo, à atividade de incentivo e planejamento.</p> <p>(E) contempla, também, a exploração direta de atividade econômica, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.</p>



20. O regime jurídico aplicável às entidades integrantes da Administração indireta
- (A) sujeita todas as entidades, independentemente da natureza pública ou privada, aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
 - (B) é integralmente público, para autarquias, fundações e empresas públicas, e privado para sociedades de economia mista.
 - (C) é sempre público, independentemente da natureza da entidade.
 - (D) é sempre privado, independentemente da natureza da entidade.
 - (E) é o mesmo das empresas privadas, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, exceto em relação à legislação trabalhista.
21. De acordo com a Lei nº 11.107/2007, o consórcio público
- (A) é constituído por contrato de programa, que deverá ser precedido da subscrição de contrato de rateio.
 - (B) depende, para sua eficácia, de ratificação pela União, quando envolver entes de outras unidades federativas.
 - (C) envolve sempre entes de mais de uma esfera da Federação, para a gestão associada de serviços públicos de competência da União.
 - (D) poderá aplicar os recursos provenientes do contrato de rateio nas atividades de gestão associada a ele cometidos, inclusive transferências e operações de crédito.
 - (E) constituirá associação pública, integrando a Administração indireta dos entes da federação consorciados, ou pessoa jurídica de direito privado.
22. Os bens imóveis pertencentes à Administração Pública
- (A) são inalienáveis, quando de uso comum do povo e de uso especial, enquanto mantida a afetação ao serviço público.
 - (B) podem ser alienados mediante autorização legal prévia, exceto os bens dominicais.
 - (C) são impenhoráveis, exceto os de titularidade de autarquias e fundações.
 - (D) não podem ser objeto de subsequente afetação a serviço público, quando anteriormente de uso privativo da Administração.
 - (E) podem ser objeto de utilização por particular, total ou parcial, desde que em caráter precário e a título oneroso.
23. A Administração desapropriou um terreno particular para construção de uma escola, porém, por insuficiência de recursos orçamentários, desistiu da construção. Nessa situação, poderá
- (A) dar ao terreno destinação diversa daquela que originou a desapropriação, mediante o instituto da retrocessão.
 - (B) alienar o terreno a outro particular, independentemente de oferecimento prévio ao expropriado, desde que já tenha pago a integralidade da indenização.
 - (C) exigir do expropriado a restituição do valor da indenização, mediante a devolução a este do terreno desapropriado, expurgando-se os juros compensatórios.
 - (D) alienar o terreno por meio de procedimento licitatório, oferecendo-o, previamente, ao expropriado, sob pena de caracterizar tredestinação.
 - (E) alienar o terreno, exclusivamente ao expropriado, por valor estabelecido em avaliação atualizada.
24. A respeito do regime jurídico aplicável aos contratos administrativos regidos pela Lei Federal nº 8.666/93, é correto afirmar:
- (A) Não são passíveis de rescisão pelo contratado, diversamente do que ocorre nos contratos de concessão.
 - (B) Permitem a subcontratação de parcela das obras, serviços ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração, conforme previsto no Edital e no contrato.
 - (C) Não comportam alteração, quantitativa ou qualitativa, em face da vinculação ao Edital.
 - (D) Comportam alteração unilateral, pela Administração, para acréscimos ou supressões em seu objeto, até o limite de 50% do montante contratado.
 - (E) Não podem prever, dado o seu caráter personalíssimo, a cessão, transferência ou subcontratação, total ou parcial, de seu objeto.
25. De acordo com a Constituição Federal, o controle externo exercido com o auxílio do Tribunal de Contas contempla a
- (A) apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal na Administração direta e indireta, excetuada as nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - (B) fixação de limites, aplicáveis à Administração direta e empresas dependentes de recursos do Tesouro, para despesas com pessoal e custeio.
 - (C) fixação de limites, aplicáveis à Administração direta e empresas dependentes de recursos do Tesouro, para operações de crédito e concessão de garantias.
 - (D) fiscalização da aplicação de recursos públicos, por entidades privadas, exceto se recebidos na forma de contratos de gestão.
 - (E) aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário, independentemente de previsão legal específica.



26. Constitui atributo do ato administrativo:
- executoriedade, caracterizada pela possibilidade de a Administração colocá-lo em execução sem necessidade de intervenção judicial, independentemente de previsão legal.
 - vinculação ao princípio da legalidade, impedindo a prática de atos discricionários.
 - presunção de veracidade, não admitindo prova em contrário no que diz respeito aos seus fundamentos de fato.
 - presunção de legitimidade, só podendo ser invalidado por decisão judicial.
 - imperatividade, caracterizada pela sua imposição a terceiros, independentemente de concordância, constituindo, unilateralmente, obrigações a estes imputáveis.
27. Determinada sociedade de economia mista pretende contratar serviços técnicos especializados para estruturação de operação de abertura de seu capital social e emissão de debêntures no mercado internacional, para tanto,
- está dispensada de prévio procedimento licitatório, por se tratar de operação regulada pela legislação do mercado de capitais, devendo comprovar a compatibilidade do preço com os praticados no mercado.
 - pode declarar a inexigibilidade de licitação, por ato fundamentado de seus administradores, quando a licitação possa comprometer o sigilo da operação.
 - deve instaurar prévio procedimento licitatório, sendo este inexigível se comprovada a inviabilidade de competição, em função da singularidade do objeto, bem como a notória especialização do contratado.
 - pode dispensar a licitação, por ato fundamentado de seus administradores, caso a contratada seja empresa estrangeira, de notória especialização e desde que haja compatibilidade do preço com os praticados no mercado.
 - pode dispensar a licitação, por ato fundamentado de seus administradores, se a contratada for fundação ou empresa pública especializada e desde que haja compatibilidade do preço com o mercado.
28. A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa,
- sujeita aqueles que praticarem atos de improbidade a sanções civis, administrativas e penais, inclusive com penas restritivas de liberdade, conforme a extensão do dano causado e o proveito patrimonial obtido pelo agente.
 - aplica-se aos atos de improbidade praticados por agente público, assim considerados apenas aqueles com vínculo permanente, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.
 - aplica-se apenas aos atos dolosos que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.
 - alcança também os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
 - sujeita aqueles que praticarem atos de improbidade apenas a sanções administrativas, como perda do cargo, função pública, inelegibilidade e proibição de contratar com a Administração.
29. De acordo com a Lei nº 8.666/93, podem ser exigidas dos licitantes garantias de
- proposta, apenas para licitação na modalidade concorrência, limitada a 5% do valor estimado para a contratação e de execução contratual, limitada a 10% do valor do contrato.
 - proposta, limitada a 1% do valor estimado da contratação, e de execução contratual, limitada a 5% do valor do contrato, podendo esta última alcançar até 10% do valor do contrato para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, alta complexidade e riscos financeiros consideráveis, demonstrados em parecer aprovado pela autoridade competente.
 - proposta e de execução contratual, esta última apenas para contratos de obras na modalidade empreitada integral, ambas limitadas a 5% do valor do contrato, podendo ser prestadas mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.
 - proposta e de execução contratual, ambas apenas para contratos de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto e alta complexidade, limitadas a 5% do valor do objeto.
 - execução contratual, limitada a 5% do objeto, podendo alcançar até 10% do valor do contrato para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto e alta complexidade, vedada a garantia de proposta, exceto na licitação para alienação de imóveis.
30. São modalidades licitatórias adequadas para as situações descritas:
- pregão para aquisição e alienação de bens e serviços comuns e concorrência para alienação de imóveis de qualquer valor.
 - leilão para alienação de bens móveis e imóveis de pequeno valor e pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
 - concorrência para alienação de imóveis acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais) e leilão para alienação de imóveis avaliados abaixo desse valor e móveis de qualquer valor.
 - concurso para contratação de quaisquer serviços técnicos especializados e leilão para alienação de bens móveis inservíveis ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
 - convite para obras e serviços de engenharia, com valor da contratação estimado em até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e concorrência para concessão de serviços públicos de qualquer valor.
31. A Administração constatou irregularidades em atos de concessão de benefícios salariais a determinados servidores. Nessa situação, de acordo com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo, a Administração
- poderá anular o ato, apenas se constatar que o servidor concorreu para a prática da ilegalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
 - não poderá anular o ato, se de tal anulação decorrer a redução dos vencimentos dos servidores.
 - deverá anular o ato, exceto se transcorrido o prazo decadencial de 5 anos.
 - poderá convalidar o ato, apenas em relação aos seus aspectos pecuniários, apurando-se a responsabilidade administrativa pelas concessões irregulares.
 - poderá revogar o ato, caso constatada a ilegalidade da concessão, a critério da autoridade competente.



32. Determinado cidadão foi atropelado por viatura policial, conduzida por agente público, que se encontrava em atendimento de ocorrência. Nessa situação, poderá responsabilizar
- (A) a Administração, desde que comprovado dolo ou culpa grave do agente.
 - (B) a Administração pelos danos sofridos, podendo esta exercer o direito de regresso em face do agente, caso comprovado dolo ou culpa deste.
 - (C) a Administração ou diretamente o agente público, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente.
 - (D) a Administração, desde que comprovada falha na prestação do serviço, consistente na omissão do dever de zelar pela atuação do agente público.
 - (E) o agente, caso comprovado dolo ou culpa, podendo este, se condenado, exercer o direito de regresso em face da Administração.

Direito Civil

33. É correto afirmar que,
- (A) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País, 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente promulgada.
 - (B) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 (noventa) dias depois de oficialmente promulgada.
 - (C) se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de início de sua vigência começará a correr da data da primeira publicação.
 - (D) não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou a revogue.
 - (E) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, sempre revoga a anterior.
34. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer
- (A) os menores de dezesseis anos.
 - (B) os pródigos, ainda que casados.
 - (C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - (D) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos, ainda que casados.
 - (E) os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.

35. O registro da pessoa jurídica no órgão competente tem eficácia
- (A) resolutiva.
 - (B) declaratória.
 - (C) rescisória.
 - (D) discriminatória.
 - (E) constitutiva.

36. NÃO será permitido o parcelamento do solo
- (A) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, em qualquer hipótese.
 - (B) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, ainda que sejam previamente saneados.
 - (C) em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.
 - (D) em terrenos onde as condições geológicas aconselham a edificação.
 - (E) em terreno com declividade igual ou superior a 20% (vinte por cento).

37. Na linha descendente
- (A) os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.
 - (B) os ascendentes sucedem por cabeça e os descendentes por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.
 - (C) os ascendentes sucedem por estirpe, e os descendentes por cabeça, conforme se achem ou não no mesmo grau.
 - (D) os descendentes sempre sucedem por estirpe, ainda que se achem no mesmo grau.
 - (E) os netos sucedem por estirpe, e os outros descendentes por cabeça, conforme se achem ou não no mesmo grau.

38. Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher sempre podem livremente
- (A) praticar todos os atos de disposição e de administração necessários ao desempenho de sua profissão.
 - (B) administrar os bens próprios do outro cônjuge.
 - (C) desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados com o seu consentimento.
 - (D) reivindicar os bens imóveis comuns, doados pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos.
 - (E) demandar a rescisão dos contratos de fiança e doação, ou a invalidação do aval, realizados pelo outro cônjuge, ainda que com o seu consentimento.

39. De acordo com o direito consumerista, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em
- (A) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
 - (B) trinta dias, a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução de qualquer serviço.
 - (C) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
 - (D) noventa dias, a partir da entrega do produto ou do término da execução de qualquer serviço.
 - (E) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis.



<p>40. É nulo o negócio jurídico</p> <p>(A) simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, salvo se válido for na substância ou na forma.</p> <p>(B) celebrado por pessoa relativamente incapaz.</p> <p>(C) celebrado por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.</p> <p>(D) não revestido da forma escrita, ainda que a lei não exija tal formalidade.</p> <p>(E) celebrado por pessoa que, mesmo por causa transitória, não puder exprimir sua vontade.</p>	<p>44. O procedimento comum sumário</p> <p>(A) não poderá ser convertido em ordinário quando houver necessidade de prova técnica de maior complexidade.</p> <p>(B) será observado nas causas, qualquer que seja o valor, de arrendamento rural e de parceria agrícola.</p> <p>(C) não admite pedido contraposto, devendo réu valer-se da reconvenção quando quiser formular pedido a seu favor fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.</p> <p>(D) é incabível nas causas, qualquer que seja o valor, em que for ré a Fazenda Pública.</p> <p>(E) exige o comparecimento pessoal das partes à audiência, as quais não poderão fazer-se representar por preposto com poderes para transigir.</p>
<p>41. NÃO corre a prescrição</p> <p>(A) pendendo condição resolutiva.</p> <p>(B) pendendo condição suspensiva.</p> <p>(C) contra os relativamente incapazes.</p> <p>(D) contra todos os ausentes do País.</p> <p>(E) enquanto não prolatada a respectiva sentença penal recorrível quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal.</p>	<p>45. Nos tribunais, os autos serão conclusos ao revisor e, na sessão de julgamento, será admitida sustentação oral, quando se tratar de</p> <p>(A) apelação, embargos infringentes ou ação rescisória.</p> <p>(B) apelação, embargos declaratórios ou agravo de instrumento.</p> <p>(C) embargos infringentes, embargos declaratórios ou ação rescisória.</p> <p>(D) agravo de instrumento, apelação ou embargos infringentes.</p> <p>(E) embargos declaratórios, embargos infringentes ou agravo de instrumento.</p>
<p>42. A respeito da paternidade, é correto afirmar que</p> <p>(A) o adultério da mulher, se confessado, ilide a presunção de paternidade decorrente do casamento.</p> <p>(B) o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável, exceto se feito em escrito particular.</p> <p>(C) são consideradas inválidas e, portanto, inexistentes a condição e o termo opostos ao ato de reconhecimento do filho.</p> <p>(D) a filiação materna ou paterna pode resultar de casamento, exceto se este for declarado nulo em virtude de má-fé de ambos os cônjuges.</p> <p>(E) a prova da impotência do cônjuge para gerar, à época do nascimento, não ilide a presunção de paternidade.</p>	<p>46. Considere as seguintes situações:</p> <p>I. João ajuizou ação ordinária de indenização contra o Plano de Saúde Alpha, por erro de médico credenciado. O médico credenciado José, está obrigado, por contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo que culposamente tiver causado ao referido Plano de Saúde.</p> <p>II. Paulo, locador de imóvel, ajuizou ação ordinária de cobrança de aluguéis em atraso contra Pedro, fiador do locatário Cícero.</p> <p>III. Maria, credora de Mara e Ana, devedoras solidárias, ajuizou ação ordinária de cobrança apenas contra Mara, exigindo o pagamento total da dívida comum.</p> <p>No que concerne à intervenção de terceiros, nas referidas situações, a intervenção de José, Cícero e Ana se dará, respectivamente, através de</p> <p>(A) denunciação da lide, nomeação à autoria e chamamento ao processo.</p> <p>(B) chamamento ao processo, denunciação da lide e chamamento ao processo.</p> <p>(C) nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo.</p> <p>(D) chamamento ao processo, chamamento ao processo e denunciação à lide.</p> <p>(E) denunciação da lide, chamamento ao processo e chamamento do processo.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>43. No que concerne às ações possessórias, é correto afirmar que</p> <p>(A) o réu só poderá demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbacção ou do esbulho cometido pelo autor através de reconvenção.</p> <p>(B) o prazo para contestar, quando for ordenada a justificação prévia, contar-se-á a partir da audiência que para esse fim for designada.</p> <p>(C) não será deferida a manutenção ou reintegração liminar contra as pessoas jurídicas de direito público.</p> <p>(D) na pendência do processo possessório é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar ação de reconhecimento do domínio.</p> <p>(E) a propositura de uma ação em vez de outra impede que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.</p>	



47. Uma ação ordinária foi julgada improcedente e o autor, inconformado, interpôs recurso de apelação, deixando, porém, de recolher o preparo, tendo o juiz, por esse motivo, julgado deserto o recurso. O autor provou justo impedimento e providenciou o recolhimento, tendo o juiz relevado a pena de deserção. Essa decisão
- (A) pode ser impugnada pelo réu através de agravo retido.
- (B) pode ser impugnada pelo réu através de agravo de instrumento.
- (C) é irrecorrível, cabendo ao tribunal apreciar-lhe a legitimidade quando do julgamento da apelação.
- (D) só pode ser impugnada pelo Ministério Público, através de agravo, se estiver atuando no feito como parte.
- (E) só pode ser impugnada pelo Ministério Público, através de agravo, se estiver atuando no feito como fiscal da lei.
-
48. Uma ação ordinária de cobrança foi julgada improcedente, por insuficiência de provas do crédito reclamado. Houve recurso de apelação por parte do autor e os autos foram remetidos à superior instância. Nesse caso, o relator, através de despacho monocrático, NÃO poderá
- (A) dar provimento ao recurso se, através do exame da prova, se convencer de que o crédito do autor está suficientemente provado.
- (B) negar seguimento ao recurso, se o considerar inadmissível.
- (C) negar seguimento ao recurso, se a decisão recorrida estiver confronto com jurisprudência dominante do respectivo tribunal.
- (D) negar seguimento ao recurso, se o considerar prejudicado.
- (E) dar provimento ao recurso, se a decisão recorrida estiver em confronto com súmula de Tribunal Superior.
-
49. Considere os seguintes documentos:
- I. Duplicata sem aceite.
- II. Crédito decorrente de laudêmio.
- III. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de encargos acessórios de aluguel de imóvel.
- IV. Nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito.
- V. Contrato de seguro de vida.
- São títulos executivos extrajudiciais os indicados APENAS em
- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) III e IV.
-
50. Na execução fiscal
- (A) é necessária a intervenção do Ministério Público.
- (B) o devedor deverá ser intimado, pessoalmente, do dia e hora da realização do leilão.
- (C) é incabível a citação por edital, mesmo se frustradas as demais modalidades.
- (D) a substituição do bem penhorado por precatório independe da anuência do exequente.
- (E) a prescrição ocorrida antes da propositura da ação não pode ser decretada de ofício.
-
51. A ação de prestação de contas
- (A) comporta reconvenção.
- (B) possibilita a fixação de multa diária pelo magistrado para obrigar o réu a cumprir a obrigação, se este não apresentar as contas.
- (C) é imprópria para exigir prestação de contas de ex-prefeito.
- (D) prevê prazo de 15 dias para o réu, após ser citado, apresentar as contas exigidas ou contestar a ação.
- (E) não pode ser proposta pelo titular de conta corrente bancária.
-
52. A respeito da competência, é correto afirmar que
- (A) o foro do domicílio do credor é competente para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.
- (B) a competência é determinada no momento em que ocorre a citação válida do réu.
- (C) a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro da situação da coisa.
- (D) a ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio do autor.
- (E) compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
-
53. A respeito do tempo e lugar dos atos processuais, é certo que
- (A) a produção antecipada de provas pode ser praticada nos feriados.
- (B) os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das nove às dezoito horas.
- (C) os prazos estabelecidos pelo juiz suspendem-se nos feriados.
- (D) podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos dilatatórios, mesmo depois do respectivo vencimento.
- (E) a parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
-
54. Numa ação ordinária, o autor interpôs agravo de instrumento contra decisão interlocutória proferida pelo juiz da causa. O relator, no entanto, converteu o agravo de instrumento em agravo retido. Dessa decisão
- (A) cabe reclamação para a turma julgadora.
- (B) cabe recurso especial.
- (C) não cabe recurso.
- (D) cabe recurso extraordinário.
- (E) cabe agravo para a turma julgadora.



<p>55. É INCORRETO afirmar que a tutela cautelar pode ser</p> <p>(A) substituída, de ofício, pela prestação de caução, quando adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.</p> <p>(B) concedida pelo juiz em maior extensão do que aquela postulada pela parte.</p> <p>(C) requerida ao Presidente do Tribunal competente para conhecer da apelação quando, após a interposição do recurso, o processo ainda esteja em primeiro grau de jurisdição.</p> <p>(D) indeferida quando o juiz acolher a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor, mas essa decisão não obsta a propositura da ação principal.</p> <p>(E) concedida de ofício, em casos excepcionais, depois de proposta a ação principal.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Tributário</p> <p>59. A Constituição Federal fixa regras que limitam o exercício da competência tributária. Dentre elas podem ser citadas as regras da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal. Estas regras não são absolutas, comportando exceções. NÃO se submete às regras da anterioridade anual e nonagesimal, ao mesmo tempo, a majoração de alíquota do imposto sobre</p> <p>(A) produtos industrializados (IPI).</p> <p>(B) a renda e proventos de qualquer natureza (IR).</p> <p>(C) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).</p> <p>(D) a propriedade territorial rural (ITR).</p> <p>(E) circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).</p>
<p>56. A respeito do cumprimento da sentença, é correto afirmar:</p> <p>(A) A impugnação ao cumprimento de sentença é uma demanda incidental, sujeita a distribuição e preparo.</p> <p>(B) A impugnação por excesso de execução exige a imediata declaração do valor que o executado entende correto.</p> <p>(C) O ajuizamento de ação rescisória impede, em regra, o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo.</p> <p>(D) O juiz tem o poder de majorar ou reduzir a multa de 10% sobre o valor da condenação para compelir o executado a cumprir a sentença no prazo de 15 dias.</p> <p>(E) Quando na sentença houver parte líquida e parte ilíquida, o cumprimento da sentença fica suspenso até a liquidação da parte ilíquida para preservar a unidade do processo.</p>	<p>60. Diante da ausência de disposição expressa, a autoridade competente poderá aplicar a legislação tributária e utilizar métodos de integração previstos no Código Tributário Nacional. Sobre os métodos de integração é correto afirmar:</p> <p>(A) A autoridade competente poderá aplicar, alternativamente, conforme a necessidade, a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.</p> <p>(B) O emprego da analogia só terá cabimento se for impossível a aplicação dos princípios gerais de direito.</p> <p>(C) Não se admite o emprego da equidade, que é reservado exclusivamente a membro do Poder Judiciário no exercício da jurisdição.</p> <p>(D) Os princípios gerais de direito privado são utilizados sucessivamente após ter restado insuficiente o emprego da analogia e dos princípios gerais de direito público.</p> <p>(E) Se com o emprego da analogia resultar exigência de tributo não previsto em lei, deve a autoridade aplicar, sucessivamente, os princípios gerais de direito tributário.</p>
<p>57. A respeito da comunicação dos atos processuais, considere:</p> <p>I. A inexistência de citação não pode ser alegada após o trânsito em julgado da sentença.</p> <p>II. Comparecendo o réu apenas para arguir a nulidade da citação e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.</p> <p>III. O mandado de citação não tem validade se não estiver assinado pelo juiz.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>	<p>61. A legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias interpreta-se</p> <p>(A) literalmente.</p> <p>(B) sistematicamente.</p> <p>(C) teleologicamente.</p> <p>(D) retroativamente.</p> <p>(E) historicamente.</p>
<p>58. A ação rescisória</p> <p>(A) é admissível contra sentença transitada em julgado ainda que contra ela não se tenha esgotado todos os recursos.</p> <p>(B) não pode ter por objeto decisão interlocutória de mérito transitada em julgado.</p> <p>(C) fundada em violação literal de dispositivo de lei exige prequestionamento da violação no processo originário.</p> <p>(D) pode ser fundada em documento novo formado após o trânsito em julgado da decisão que se pretende rescindir.</p> <p>(E) não pode ser proposta para rescindir sentença homologatória de transação celebrada pelas partes, em processo de jurisdição contenciosa, transitada em julgado.</p>	<p>62. Sobre competência tributária e capacidade tributária ativa, é correto afirmar:</p> <p>(A) A competência tributária é delegável por lei.</p> <p>(B) A capacidade tributária ativa indica o sujeito ativo da obrigação tributária principal.</p> <p>(C) O Código Tributário Nacional fixa as competências tributárias.</p> <p>(D) A capacidade tributária ativa é exclusiva do ente político definido na Constituição Federal.</p> <p>(E) Somente o ente político competente para instituir o tributo pode ser titular da capacidade tributária ativa.</p>



63. De acordo a Lei do ICMS do Estado de Mato Grosso (Lei nº 7.098/98) e a legislação federal acerca do ICMS, analise os itens a seguir:
- I. Incide sobre a entrada, no território do Estado, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização e decorrente de operações interestaduais.
- II. Não incide sobre serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- III. Incide sobre operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias.
- IV. Incide sobre a entrada no estabelecimento de contribuinte de bem ou mercadoria destinada a uso, consumo ou ativo permanente.
- V. Não incide sobre a prestação de serviço de transporte intramunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
- Está correto APENAS o que se afirma nos itens
- (A) I e II.
(B) I e IV.
(C) III e V.
(D) I, IV e V.
(E) II, IV e V.
-
64. *Viger é ter força para disciplinar, para reger, cumprindo a norma seus objetivos finais. A vigência é propriedade das regras jurídicas que estão prontas para propagar efeitos, tão logo aconteçam, no mundo fático, os eventos que elas descrevem.* (CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 116-117)
- Sobre vigência das normas complementares, de acordo com o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que
- (A) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 45 dias a contar de sua publicação.
(B) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribuir eficácia normativa, entram em vigor 30 dias após a data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
(C) os convênios que entre si celebram a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor 30 dias após a data de sua publicação, salvo disposição em contrário.
(D) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição de lei em sentido contrário.
(E) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas e as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribuir eficácia normativa, entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição de lei em sentido contrário.
-
65. A forma como os Estados e o Distrito Federal podem deliberar sobre concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS deve ser regulada em
- (A) Lei complementar.
(B) Lei ordinária de cada Estado e do Distrito Federal.
(C) Decreto legislativo do Congresso Nacional.
(D) Resolução do Senado Federal.
(E) Convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal.
-
66. Segundo jurisprudência pacífica do STJ, quando compete ao contribuinte o pagamento antecipado do tributo e este não o faz, mas cumpre com obrigação tributária acessória de entrega de declaração reconhecendo o débito fiscal,
- (A) haverá lançamento de ofício, através da lavratura de Auto de Infração e Imposição de Multa, para constituir o crédito tributário respectivo.
(B) haverá lavratura de Auto de Infração e Imposição de Multa para constituir crédito tributário referente ao tributo e à multa por descumprimento da obrigação tributária principal.
(C) o prazo decadencial de cinco anos passará a ser contado a partir da entrega da declaração para a constituição do crédito tributário decorrente da obrigação tributária principal para o Fisco constituir o crédito tributário.
(D) o prazo prescricional de cinco anos passará a ser contado a partir da entrega da declaração para a constituição do crédito tributário decorrente da obrigação tributária principal para o Fisco constituir o crédito tributário.
(E) haverá constituição do crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco.
-
67. Sobre o IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores é correto afirmar que
- (A) tem seu fato gerador, base de cálculo e contribuintes definidos no Código Tributário Nacional.
(B) a majoração de alíquota não se submete à regra da anterioridade nonagesimal.
(C) terá alíquotas mínimas fixadas por resolução do Senado Federal.
(D) considera-se veículo automotor, para fins de incidência do IPVA, apenas os de circulação terrestre.
(E) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, pode ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do veículo automotor.
-
68. As alíquotas do IPVA do Estado de Mato Grosso, de acordo com a Lei Estadual nº 7.301/2000, podem ser classificadas como
- (A) seletivas, em função do tipo e utilização do veículo.
(B) progressivas, em razão do tipo e da utilização do veículo.
(C) fixas, independente do tipo de veículo.
(D) progressivas, em razão do valor venal do veículo.
(E) proporcionais, em função do modelo do veículo.



69. Em processo de falência, a ordem de preferência do crédito tributário constituído antes da decretação da falência de determinado contribuinte que deve também créditos trabalhistas anteriores à quebra, equivalentes a vinte mil reais; créditos trabalhistas anteriores à quebra, cedidos a terceiros, equivalentes a quinze mil reais; crédito garantido com hipoteca até o limite do valor do bem gravado; remuneração devida ao administrador judicial equivalente a cinco mil reais, corresponderá ao
- (A) primeiro pagamento.
 (B) segundo pagamento.
 (C) terceiro pagamento.
 (D) quarto pagamento.
 (E) quinto pagamento.
70. Estando em curso execução fiscal, se a empresa de responsabilidade limitada, ora executada, deixar de funcionar em seu domicílio fiscal sem comunicar tal fato aos órgãos competentes, segundo jurisprudência pacífica do STJ, tal fato presume dissolução irregular da empresa, autorizando o redirecionamento de execução fiscal em curso para
- (A) todos os sócios, em virtude da responsabilidade solidária dos sócios pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com infração de lei, em caso de liquidação de sociedade de pessoas.
 (B) os sócios majoritários, em virtude da responsabilidade solidária dos sócios pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes, em caso de liquidação de sociedade de pessoas.
 (C) os diretores, gerentes ou representantes da empresa, em virtude de responsabilidade pessoal pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com infração de lei.
 (D) os diretores, gerentes ou representantes da empresa, desde que sócios, em virtude da responsabilidade subsidiária por todos os créditos tributários em caso de liquidação irregular presumida de sociedade de pessoas.
 (E) os sócios diretores, gerentes ou representantes da empresa, em virtude de responsabilidade subsidiária por sucessão, desde que haja continuidade da exploração da atividade, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual.
71. Dispõe o art. 144, do CTN que “o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada”. Esta regra legal encontra fundamento de validade no princípio constitucional da
- (A) irretroatividade da lei tributária.
 (B) anterioridade anual.
 (C) anterioridade nonagesimal.
 (D) legalidade.
 (E) vedação ao confisco.
72. Na sucessão *causa mortis*, em arrolamento de bens extrajudicial por escritura pública lavrada em Tabelionato de Notas de Belo Horizonte, foro do domicílio do autor da herança, a transmissão objeto deste arrolamento, referente a bens imóveis situados no município de Cuiabá/MT, sujeita-se ao Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação – ITCD, cuja competência será
- (A) do Estado de Minas Gerais.
 (B) do Estado de Mato Grosso.
 (C) do Município de Belo Horizonte.
 (D) do Município de Cuiabá.
 (E) concorrente dos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso.
73. O prazo para propositura da ação para repetição do indébito será de
- (A) dois anos, a contar do trânsito em julgado da decisão judicial que anulou o crédito tributário já pago.
 (B) dois anos, a contar da constituição definitiva do crédito tributário pela declaração do sujeito passivo, nos tributos sujeitos a lançamento por declaração.
 (C) cinco anos, a contar do primeiro do exercício seguinte ao do pagamento indevido, nos tributos sujeitos a lançamento de ofício.
 (D) cinco anos, a contar da ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.
 (E) cinco anos, a contar do pagamento antecipado, nos tributos sujeitos a autolancamento.
74. São causas de extinção do crédito tributário que dependem de lei específica do ente político competente para serem aplicadas:
- (A) moratória e parcelamento.
 (B) transação e compensação.
 (C) isenção e remissão.
 (D) conversão do depósito em renda e decadência.
 (E) dação em pagamento de bem móvel e prescrição.
- Direito do Trabalho**
75. Em relação à prescrição trabalhista, é correto afirmar:
- (A) O prazo prescricional é de dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
 (B) A ação trabalhista, ainda que arquivada, não interrompe a prescrição trabalhista.
 (C) É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de cinco anos após o término do contrato de trabalho.
 (D) Não se aplica a prescrição às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.
 (E) Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é parcial, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.



<p>76. Assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei, de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.</p> <p>(B) Em caso de dano culposo causado pelo empregado, o desconto será lícito, mesmo que esta possibilidade não tenha sido acordada expressamente.</p> <p>(C) O salário pode ser pago em moeda estrangeira, desde que seja mais benéfico ao trabalhador.</p> <p>(D) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas e indenizações pela adesão ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) que receber.</p> <p>(E) Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, ajudas de custo, assim como as diárias para viagem, desde que não excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.</p>	<p>79. Em relação às horas <i>in itinere</i> no regramento jurídico brasileiro, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.</p> <p>(B) A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas <i>in itinere</i>.</p> <p>(C) Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas <i>in itinere</i> remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.</p> <p>(D) Considerando que as horas <i>in itinere</i> são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.</p> <p>(E) Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.</p>
<p>77. É INCORRETO afirmar que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por</p> <p>(A) dois dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.</p> <p>(B) três dias consecutivos, em virtude de casamento.</p> <p>(C) três dias, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana.</p> <p>(D) um dia, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.</p> <p>(E) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual do Trabalho</p> <p>80. Considerando-se as peculiaridades da Justiça do Trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) O <i>jus postulandi</i> não se limita às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) No processo de execução trabalhista, havendo lacuna na CLT, aplica-se subsidiariamente os dispositivos do Código de Processo Civil e depois a Lei dos Executivos Fiscais.</p> <p>(C) São títulos executivos extrajudiciais previstos na CLT, o termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho, o termo de conciliação firmado perante a Comissão de Conciliação Prévia, cheques e termo de confissão de dívida do empregado que causar dano ao empregador.</p> <p>(D) A ação civil pública pode ser ajuizada por qualquer cidadão brasileiro, desde que prove sua pertinência temática com o objeto da lide.</p> <p>(E) A ação civil pública, entre outros legitimados, pode ser promovida pelo sindicato, federação e confederações de empregadores e trabalhadores.</p>
<p>78. Assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.</p> <p>(B) Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.</p> <p>(C) Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei.</p> <p>(D) Considera-se noturno, para os efeitos da legislação do trabalho, o trabalho executado pelo trabalhador urbano e rural realizado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.</p> <p>(E) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.</p>	<p>81. É INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.</p> <p>(B) as nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão ser arguidas somente em razões recursais.</p> <p>(C) nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.</p> <p>(D) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.</p> <p>(E) na Justiça do Trabalho, o não comparecimento do reclamante à audiência inicial importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa em revelia, além de confissão, quanto à matéria de fato.</p>



82. Sobre o procedimento sumaríssimo, é correto afirmar:

- (A) Estão excluídas as demandas em que é parte a Administração Pública direta e indireta.
- (B) A sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório e a fundamentação
- (C) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (D) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
- (E) No julgamento do recurso ordinário, se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.

83. Em relação à competência territorial da Justiça do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) A competência é determinada pela localidade onde o empregado prestar serviços ou pela cláusula do foro de eleição.
- (B) Quando for parte de dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Vara do Trabalho da localidade em que a empresa tenha sede.
- (C) Quando for parte de dissídio trabalhador avulso, a competência será da Vara do Trabalho da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Junta da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima.
- (D) A competência das Varas do Trabalho estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário.
- (E) Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da extinção do contrato de trabalho.

84. Sobre a atuação da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária e favorável à Fazenda Pública, salvo: quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) Quando envolver ato do Prefeito ou Governador de Estado relacionado à extinção do contrato de trabalho, a ação trabalhista é de competência originária do TRT.
- (C) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pagam custas processuais ao final da execução.
- (D) Os Estados e os Municípios têm legitimidade para recorrer em nome das autarquias ainda que detentoras de personalidade jurídica própria.
- (E) A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato.

Direito Previdenciário

85. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Considere os itens abaixo relacionados:

- I. universalidade da cobertura e do atendimento;
- II. uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III. seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV. irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V. caráter democrático e centralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Quanto aos princípios e diretrizes da Seguridade Social, estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) II, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

86. Em relação ao financiamento da Seguridade Social, é correto afirmar:

- (A) A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes apenas da União e dos Estados e, em certos casos, também de contribuições sociais.
- (B) No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto de receitas, provenientes da União, dos Estados, das contribuições sociais e de receitas de outras fontes.
- (C) Constituem contribuições sociais, as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, com exceção das microempresas.
- (D) Entre as contribuições sociais encontramos as dos empregadores domésticos.
- (E) Figuram também entre as contribuições sociais as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos e do imposto de importação.

87. Considere as seguintes afirmações relacionadas à pensão por morte:

- I. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em partes iguais.
- II. Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.
- III. A parte individual da pensão extingue-se pela morte do pensionista.
- IV. A parte individual da pensão extingue-se também para o filho, pela emancipação ou ao completar 24 (vinte e quatro) anos de idade, salvo se for inválido.
- V. Para o pensionista inválido, extingue-se o benefício da pensão por morte pela cessação da invalidez.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II, III e V.
- (C) I, II e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e V.



<p>88. Em relação ao auxílio-acidente, é correto afirmar:</p> <p>(A) O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, permitida sua acumulação com qualquer aposentadoria.</p> <p>(B) O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-contribuição e será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.</p> <p>(C) O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.</p> <p>(D) O recebimento de salário ou concessão de qualquer outro benefício, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.</p> <p>(E) A perda da audição somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.</p>	<p>91. Considere os seguintes requisitos:</p> <p>I. Aproveitamento racional e adequado.</p> <p>II. Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis.</p> <p>III. Preservação do meio ambiente.</p> <p>IV. Observância da legislação trabalhista.</p> <p>V. Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.</p> <p>Cumpra a função social a propriedade rural que atende simultaneamente aos requisitos</p> <p>(A) I, II, III, IV e V.</p> <p>(B) I, II, III e IV, apenas.</p> <p>(C) I, II, III e V, apenas.</p> <p>(D) I, II, IV e V, apenas.</p> <p>(E) I, III, IV e V, apenas.</p>
<p>89. Considerando a contagem recíproca de tempo de serviço, é correto afirmar:</p> <p>(A) O tempo de contribuição ou de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, considerando entre outras normas, a admissão da contagem em dobro, em situações especiais.</p> <p>(B) A aposentadoria por tempo de serviço, com contagem de tempo, será concedida ao segurado do sexo feminino a partir de 30 (trinta) anos completos de serviço, e, ao segurado do sexo masculino, a partir de 25 (vinte e cinco) anos completos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas em lei.</p> <p>(C) Quando a soma dos tempos de serviço ultrapassar 25 (vinte e cinco) anos, se do sexo feminino, e 30 (trinta) anos, se do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.</p> <p>(D) O benefício resultante de contagem de tempo de serviço será concedido e pago pelo sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e calculado na forma da legislação anterior, considerando o direito adquirido do beneficiário.</p> <p>(E) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.</p>	<p>92. De acordo com a Lei Federal nº 6.938/81, a política nacional do meio ambiente tem como objetivos</p> <p>(A) promover a adoção de práticas adequadas de conservação e uso racional dos combustíveis e de preservação do meio ambiente.</p> <p>(B) assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.</p> <p>(C) a utilização racional e adequada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.</p> <p>(D) a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.</p> <p>(E) a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Agroambiental</p> <p>90. São princípios do Direito Ambiental:</p> <p>(A) poluidor pagador, usuário pagador e autonomia da vontade.</p> <p>(B) prevenção, taxatividade e poluidor pagador.</p> <p>(C) função socioambiental da propriedade, usuário pagador e precaução.</p> <p>(D) vedação de retrocesso, prevenção e insignificância.</p> <p>(E) capacidade contributiva, função socioambiental da propriedade e desenvolvimento sustentável.</p>	<p>93. Uma rodovia que passe pelo território de quatro municípios no Estado de Mato Grosso deve ter seu licenciamento ambiental realizado</p> <p>(A) exclusivamente pela União.</p> <p>(B) exclusivamente pelo Estado de Mato Grosso.</p> <p>(C) exclusivamente pelo Estado de Mato Grosso, ouvidos os Municípios diretamente afetados, que se manifestarão em relação às questões inseridas na competência municipal.</p> <p>(D) em concorrência entre o Estado de Mato Grosso e os Municípios diretamente afetados.</p> <p>(E) em concorrência entre União, Estado de Mato Grosso e Municípios diretamente afetados.</p> <p>94. Em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é correto afirmar que</p> <p>(A) as Unidades de Conservação somente podem ser criadas por Lei.</p> <p>(B) as Unidades de Conservação subdividem-se em três grupos: proteção integral, uso sustentável e proteção sustentável.</p> <p>(C) as propriedades do entorno da Unidade de Conservação não sofrem, em regra, qualquer influência deste espaço territorialmente protegido.</p> <p>(D) a desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação só pode ser feita mediante lei específica.</p> <p>(E) o subsolo e o espaço aéreo não integram os limites de uma Unidade de Conservação.</p>



95. Sobre a política estadual de gestão e proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso, estabelecida na Lei Estadual nº 8.830/2008, é correto afirmar:
- (A) O zoneamento socioeconômico ecológico do Estado de Mato Grosso não contempla os limites geográficos da Bacia do Alto Paraguai.
- (B) A Lei Estadual em análise estabelece como área de preservação permanente a faixa marginal de 200 metros no entorno de baías, lagos e lagoas na planície alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso.
- (C) A política estadual de gestão e proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso não permite às comunidades tradicionais a autodeterminação na construção de políticas de gestão no respectivo território.
- (D) Visando preservar os recursos hídricos da Bacia do Alto Paraguai, a política estadual de gestão e proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso veda a atividade agropecuária na planície alagável da Bacia do Alto Paraguai de Mato Grosso.
- (E) É objetivo da política estadual de gestão e proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso a proteção do pantanal matogrossense enquanto patrimônio nacional, sítio Ramsar e reserva da biosfera.
-
96. Em relação à reforma agrária é INCORRETO afirmar:
- (A) Toda pequena e média propriedade rural são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.
- (B) A propriedade rural improdutiva que não cumprir sua função social poderá ser desapropriada para fins de reforma agrária.
- (C) A competência para desapropriar para fins de reforma agrária é exclusiva da União.
- (D) Na desapropriação para fins de reforma agrária, a indenização será prévia e justa em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do segundo ano de sua emissão.
- (E) As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.
-
97. É correto afirmar sobre a aquisição de imóvel rural no território nacional por estrangeiros:
- (A) Os portugueses não possuem igualdade de condições com os brasileiros no que tange à aquisição de terras no território nacional.
- (B) Apenas as terras de fronteira possuem restrições para a aquisição por estrangeiros.
- (C) Os estrangeiros residentes no Brasil e as pessoas jurídicas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil podem adquirir terras no território nacional.
- (D) As restrições impostas ao estrangeiro com relação aos bens imóveis referem-se apenas a sua aquisição.
- (E) A aquisição de imóvel rural por estrangeiros far-se-á por instrumento diverso da escritura pública.
-
98. É correto afirmar sobre discriminação de terras devolutas:
- (A) Apenas pode ser feita por meio judicial.
- (B) Seu fundamento jurídico é o domínio eminente que o Estado detém sobre todas as terras que estão situadas no território nacional, originariamente públicas, fato este que lhe outorga o poder de identificar suas terras devolutas.
- (C) A ação discriminatória não pode ser realizada de maneira generalizada em determinadas regiões previamente selecionadas ou em Municípios.
- (D) Compete exclusivamente à União promover ação discriminatória.
- (E) Depois de verificada a condição de terra devoluta na ação discriminatória, o autor deverá ajuizar ação demarcatória.
-
99. Sobre a usucapião especial rural prevista no artigo 191 da Constituição Federal, é correto afirmar:
- (A) É modo derivado de aquisição da propriedade rural.
- (B) É modo originário de aquisição da propriedade rural não superior a 50 hectares, bastando transcurso de lapso temporal ininterrupto de 5 anos, justo título e boa-fé.
- (C) É modo derivado de aquisição da propriedade rural não superior a 50 hectares, bastando transcurso de lapso temporal ininterrupto de 5 anos, justo título e boa-fé.
- (D) É modo originário de aquisição da propriedade rural não superior a 50 hectares, bastando transcurso de lapso temporal ininterruptos de 5 anos sem oposição.
- (E) É modo originário de aquisição da propriedade rural não superior a 50 hectares, bastando o exercício de posse ininterrupta e sem oposição por 5 anos, tornando a área produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia e não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano.
-
100. Assinale a alternativa correta sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- (A) São de domínio da União.
- (B) As riquezas do solo são de usufruto da FUNAI, que possui a obrigação legal de reparti-las.
- (C) É vedado o aproveitamento do potencial energético em terra indígena.
- (D) É permitida a remoção definitiva dos grupos indígenas de suas terras, desde que haja autorização do Congresso Nacional, em caso de relevante interesse público.
- (E) É válida a alienação de terras indígenas, desde que o grupo esteja adaptado à cultura branca e assistido pela FUNAI.